

MICROSCÓPIO

Não se pode negar excepcional importância ao recente Congresso Brasileiro de Escritores. Baixaram os deuses do Olimpo à terra e resolveram imiscuir-se nos problemas puramente humanos; sentiram-se e reconheceram-se simples mortais, como todos nós. E, tal fazendo, integrando-se plenamente na comunhão humana, em vez de a considerar simples matéria prima das suas obras, fizeram-no de maneira oportuna, justa e corajosa.

São inatacáveis os três princípios de índole política aprovados pelo Congresso. A liberdade de expressão do pensamento, a liberdade de culto, a segurança contra a violência e o direito de viver dignamente, evidente é que só se podem garantir mediante a legalidade democrática, isto é, uma democracia de fato e de direito, por ser este o regime que exclui o arbitrio e a prepotência. Corolário deste princípio é que o governo seja eleito pelo povo, mediante sufrágio universal, direto e secreto. Passando da política interna à externa, estabeleceu o Congresso um terceiro princípio, que devesse considerar-se fundamental pelos homens encarregados da tremenda tarefa de organizar novamente o mundo: somente o pleno exercício da soberania popular, isto é, da democracia, em todas as nações, torna possíveis a paz e a cooperação internacionais, pela mesma razão por que não é possível a convivência entre o salteador e o cidadão civilizado e pacífico.

Estabelecidos estes princípios gerais, não hesitou o Congresso (e nisto está por certo o seu maior merecimento) em formular uma conclusão de ordem prática: a urgente necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios enunciados, que são aqueles por que se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas.

Nesta conclusão, que não foi formulada por políticos e, menos ainda, por políticos decaídos, poderá inspirar-se seguramente o governo, no delicado momento de transição em que nos encontramos.

RAUL PILLA